



**MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE**

**Estado de Minas Gerais**

**Poder Legislativo**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Modalidade Sugerida: Dispensa**

**Tipo Sugerido: Menor Preço Global**

### **RESUMO DO OBJETO SUGERIDO**

**OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios diversos para manutenção das atividades da câmara municipal.**

**Requisitante: Secretaria Geral da Câmara**



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

## TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: Secretaria Geral da Câmara

Titular Responsável: Lutiene Alves da Silva

Cargo: Secretária Geral

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios diversos para manutenção das atividades da câmara municipal.

O preço estimado da contratação tem como parâmetros pesquisa com fornecedores, conforme justificado no DFD. Em anexo segue a tabela de balizamento de preços, onde é possível verificar o preço médio e o menor preço, abaixo segue a tabela contendo apenas o preço médio:

| ITEM | QTDE | UNID  | DESCRIÇÃO   | MÉDIA DE PREÇOS    |                 |
|------|------|-------|---|--------------------|-----------------|
|      |      |       |   | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
| 1    | 3    | PCTE  | <b>ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO</b> OBTIDO PELA TEXTURA FINA E HOMOGENEA. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, DE COR OPACA, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE COM 700 GRAMAS | 16,79              | 50,38           |
| 2    | 35   | PCTE  | <b>AÇÚCAR GRÂNULOS EM CRISTAIS,</b> BRANCO, PACOTE COM 5 KG, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES.   | 20,72              | 725,08          |
| 3    | 10   | FARDO | <b>ÁGUA MINERAL SEM GÁS,</b> EMBALAGEM CONTENDO 500 ML SEM AVARIAS FARDO COM 12 FRASCOS   | 25,85              | 258,50          |
| 4    | 40   | PCTE  | <b>BISCOITO DE POLVILHO</b> SEM GLUTEM E SEM LACTOSE, EMBALAGEM DE 100 G.   | 18,93              | 757,07          |
| 5    | 150  | UNID  | <b>BISCOITO TIPO CREAM CRACKER</b> DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM SAL ZERO DE GORDURAS TRANS, CROCANTE, CAIXA DE 1.5 QUILOS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA  | 26,72              | 4.007,50        |
| 6    | 25   | CAIXA | <b>BISCOITO TIPO MAISENA,</b> CAIXA COM PESO LIQUIDO DE 1,5 KG, COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO SAL, ZERO DE GORDURAS TRANS NA PORÇÃO VALIDADE MINMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.   | 24,08              | 602,08          |



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

|    |    |      |   |       |          |
|----|----|------|---|-------|----------|
| 7  | 80 | PCTE | <b>CAFÉ 500 GR</b> , TRADICIONAL, TORRADO, E MOÍDO, COM CERTIFICADO DE SELO DA ABIC, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE, ATOXICA, CONTENDO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MINIMA DE 4 (QUATRO) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.  | 35,56 | 2.844,80 |
| 8  | 10 | UND  | <b>MANTEIGA PURA COM SAL POTE DE 500G</b> , APRESENTANDO INGREDIENTES: CREME DE LEITE E SAL. CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS (10°C OU DE ACORDO COM O FABRICANTE) E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 4 MESES.  | 24,28 | 242,80   |
| 9  | 3  | UND  | <b>MARGARINA VEGETAL CREMOSA</b> COM SAL INDUSTRIALIZADA, FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PRODUTO QUE SE APRESENTA SOB FORMA DE EMULSÃO PLÁSTICA OU FLUÍDA CONTENDO OBRIGATORIAMENTE OS INGREDIENTES LEITE, SEUS CONSTITUINTES, SEM GORDURA TRANS, ÓLEOS E/OU GORDURAS COMESTÍVEIS, SAL E ÁGUA, DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 70% DE LIPÍDIOS E SEUS INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO; HOMOGÊNEA; CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO; EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICO DE 500 G. NO RÓTULO DEVERÁ CONSTAR A DENOMINAÇÃO DO PRODUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO, DEVE CONTER O REGISTRO NO MINISTÉRIO SAÚDE, ROTULAGEM NUTRICIONAL OBRIGATORIA, VALIDADE NO MÍNIMO 6 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ENTREGA. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR DA EMBALAGEM PRIMÁRIA E DA EMBALAGEM SECUNDÁRIA. DEVERÁ SER ENTREGUE NO MÁXIMO 20 DIAS APÓS A FABRICAÇÃO. | 11,70 | 35,10    |
| 10 | 24 | UND  | <b>ÓLEO COMESTÍVEL DE SOJA, TIPO 01 PURO</b> , EMBALAGEM COM 900ML, PRAZO DE VALIDADE MINIMA DE 6 MESES.  | 10,02 | 240,40   |



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

|    |    |      |   |       |          |
|----|----|------|---|-------|----------|
| 11 | 20 | PCTE | <b>PÃO DE CACHORRO-QUENTE</b> PACOTE COM 400 GRAMAS; (FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GLICOSE DE MILHO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, SAL REFINADO, GLÚTEN, SORO DE LEITE EM PÓ, EXTRATO DE MALTE, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, CONSERVADOR DE PROPIONATO DE CÁLCIO E EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDO GRAXOS) CONTÉM GLÚTEN.   | 8,88  | 177,67   |
| 12 | 20 | PCTE | <b>PÃO DE FORMA</b> PACOTE COM 450 GRAMAS, CONTEM FARINHA DE TRIGO, FERRO, ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, FERMENTO BIOLÓGICO, CÁLCIO, LEITE EM PÓ, AÇÚCAR NÃO CONTER GLÚTEN.  | 9,15  | 183,00   |
| 13 | 24 | PCTE | <b>PÃO DE QUEIJO</b> CONGELADO, CONTENDO POLVILHO, ÁGUA, SAL, QUEIJO E DEMAIS INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, EMBALAGEM, DE 1 KG, COM ESPECIFICAÇÃO DE DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO.  | 26,57 | 637,60   |
| 14 | 15 | KG   | <b>PÃO FRANCÊS</b> APROXIMADAMENTE 50G CADA UNIDADE, CONTENDO ÁGUA, FARINHA DE TRIGO, SAL, FERMENTO E DEMAIS INGREDIENTES, EMBALADO EM SACOLAS PLÁSTICAS RESISTENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.  | 19,37 | 290,50   |
| 15 | 50 | UND  | <b>POLPA DE FRUTA CONGELADA</b> , 100% NATURAL, SABORES VARIADOS, ARMAZENADA EM EMBALAGEM RESISTENTE, PLÁSTICA DE 1 KG  | 33,20 | 1.660,00 |
| 16 | 1  | KG   | <b>PRESUNTO MAGRO; COZIDO, FATIADO E RESFRIADO</b> COMPOSTO DE CARNE DE PERNIL SUINO, SAL E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS; E COR PROPRIOS, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 8Â°C; ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; ACONDICIONADO EM PLASTICO INVIOVEL; EMBALAGEM PRIMARIA SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA SECRETARIA SOLICITANTE. | 28,93 | 28,93    |
| 17 | 40 | UND  | <b>REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COCA COLA</b> - ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COLA, NÃO CONTENDO GLÚTEN, EMBALAGEM COM 2 LITROS CONTENDO NOME E MARCA DE FABRICANTE, MARCA DEVERÁ SER REONHECIDA NACIONALMENTE E INTERNACIONALMENTE DENTRO DOS MAIS ALTOS PADRÕES DE QUALIDADE.   | 13,75 | 550,13   |



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

|                          |    |      |   |       |                  |
|--------------------------|----|------|---|-------|------------------|
| 18                       | 20 | UND  | REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR GUARANÁ - ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERANTE, MATERIALÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR GUARANÁ, NÃO CONTENDO GLÚTEN, EMBALAGEM COM 2 LITROS CONTENDO NOME E MARCA DO FABRICANTE, MARCA DEVERÁ SER RECONHECIDA NACIONALMENTE E INTERNACIONALMENTE DENTRO DOS MAIS ALTOS PADROES DE QUALIDADE  | 12,79 | 255,87           |
| 19                       | 6  | UND  | REQUEIJAO CREMOSO TRANSPORTADO E CONSERVADO EM TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 10Â°C; EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA DE 400G, COM VALIDADE MINIMA DE 60 DIAS NA DATA DA ENTREGA.   | 15,53 | 93,18            |
| 20                       | 8  | PCTE | SAL REFINADO, IODADO, PACOTE COM 1 KG   | 2,55  | 20,40            |
| 21                       | 10 | UND  | SALSICHA TIPO HOT-DOG DE PRIMEIRA QUALIDADE. CONSTITUÍDA DE CARNE BOVINA E DE AVES. RESFRIADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS. ACONDICIONADA EM SISTEMA CRY-OVA, EMBALAGEM DE 500G. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E SEGUIR OS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO RDC Nº12 DE 02/01/01 ANVISA/MS. | 11,38 | 113,83           |
| 22                       | 20 | PCTE | TORRADA CROCANTE E LEVEMENTE SALGADA, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 160 GRAMAS.  | 6,02  | 120,33           |
| 23                       | 12 | LT   | LEITE LÍQUIDO INTEGRAL, PASTEURIZADO, LONGA VIDA, EMBALAGEM DE 1 LITRO / TETRA PAK. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 03 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTOS EM CAIXAS NÃO AMASSADAS.  | 6,88  | 82,60            |
| <b>VALOR TOTAL MÉDIO</b> |    |      |   |       | <b>13.977,76</b> |

**Valor médio global apurado:** R\$ 15.075,30 (quinze mil setenta e cinco reais e trinta centavos);

**Menor valor apurado:** R\$ 13.410,20 (treze mil quatrocentos e dez reais e vinte centavos).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerando o bom andamento das atividades institucionais da Câmara Municipal de Vereadores, torna-se necessária a aquisição de gêneros alimentícios básicos. Esses itens serão utilizados para atender às demandas diárias da Casa Legislativa, especialmente no preparo de lanches e refeições simples para servidores, vereadores, colaboradores e visitantes em eventos oficiais, sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, reuniões administrativas e demais atividades institucionais.

A aquisição também visa garantir condições adequadas de trabalho, promovendo bem-estar e acolhimento aos participantes das atividades legislativas, especialmente em situações de expediente prolongado. Ressaltamos ainda que o fornecimento desses



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

gêneros alimentícios segue as normas legais e de responsabilidade administrativa, com controle e destinação exclusiva ao uso institucional.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da presente aquisição, para o pleno funcionamento das atividades desta Câmara e atendimento às demandas públicas.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando que o problema que se apresenta é a necessidade de aquisição de gêneros básicos de alimentação para manutenção das atividades diárias da Câmara, a solução que se apresenta é a aquisição de tais itens por meio de dispensa de licitação.

### 4. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR VALOR GLOBAL**.

### 6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

**O fornecimento se dará da seguinte forma:**

- *contrato terá vigência até 31 de dezembro a contar de sua assinatura;*
- *O fornecimento deverá ocorrer em no máximo 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento da ordem de fornecimento;*
- *As entregas deverão ser efetuadas na sede da Câmara;*
- *Os itens perecíveis deverão estar com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias;*
- *O fornecimento deverá ocorrer de segunda à sexta-feira.*

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato ou instrumento equivalente, deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### 8. DO RECEBIMENTO

O objeto desta contratação será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

comprove o atendimento das exigências contratuais. (Art. 140, II, a e b, da Lei nº 14.133/21).

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

O Termo de recebimento deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao servidor responsável pelo recebimento definitivo.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 9. PAGAMENTO

O pagamento da despesa será feito em favor da Contratada, mediante depósito/transferência bancária após a atestação, pelo setor competente da Nota Fiscal/Fatura, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, Número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, no prazo de até **10 (dez) dias** contados a partir do aceite definitivo do objeto, desde que estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao licitante vencedor e da finalização da liquidação da despesa.

No caso de a Nota Fiscal apresentar erros, esta será devolvida, e o pagamento será susgado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação dela. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das notas fiscais.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Compromissária Fornecedora e/ou Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada;

Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

### 10. DA EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO PARA ME; EPP e EQUIPARADAS

A LC nº 147/2014 que alterou a LC nº 123/2006, dentre outros objetivos, ampliou a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

O caput do Art. 47 passou a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 47.** *Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Grifamos).*

A nova redação do Art. 47, além de ampliar o rol de entidades que concederão tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, também substituiu a





## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

expressão **poderá**, que transmitia a impressão de faculdade, por **deverá**, para que não haja questionamento acerca da obrigatoriedade de observância.

Já o art. 48, caput e inciso I, da LC nº 123/2006 prevê:

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Grifamos).*

**Sendo assim, considerando o valor, somente poderão participar do certame**, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas, assim caracterizadas nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES: nos termos do art. 155 o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das seguintes infrações:**

- 11.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa na Dispensa de licitação ou a execução do contrato;
- 11.9. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**12. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato as seguintes sanções:**

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.1.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

**12.1.2** A sanção prevista de **Advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem **11.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.1.3** A sanção de **Multa** será aplicada no valor de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

**12.1.4.** A sanção de **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 e 11.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

**12.1.5.** A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.8, 11.9, 11.10, 11.11 e 11.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 e 11.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos**.

**12.1.6.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **item 12** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **mesmo item**.

**12.1.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.1.8.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### 13. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

A ordem de fornecimento será autorizada, em todo caso, pelo Presidente da Câmara.

### 14. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**14.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratada:**

**14.1.1.** Realizar as entregas com pontualidade;

**14.1.2.** Comunicar imediatamente e por escrito a Câmara, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**14.1.3.** Atender com prontidão as reclamações por parte do fiscal do contrato;

**14.1.4.** Atender no prazo previsto acima as reclamações por parte do contratante;

**14.1.5.** Zelar pela qualidade dos produtos fornecidos;

**14.1.7.** Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

**14.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratante:**

**14.2.1.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

**14.2.2.** Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

**14.2.3.** Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**14.2.4.** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

### 15. Previsão Orçamentária

Compete a Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

Sendo assim, seguem os recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

**0001** – Câmara Municipal de São Geraldo da Piedade

**039** – Secretaria Geral da Câmara

**0103121022.209** – Manutenção Da Secretaria Geral Da Câmara

**33903000000** – Material de Consumo

**1500** – Recursos não vinculados de Impostos (livre)

**058** - Ficha

**Valor:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

**16.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** O interessado que apresentar a melhor proposta e for declarado o vencedor, deverá encaminhar à Câmara Municipal, quando solicitado, a documentação relacionada abaixo:

#### 16.1 - PESSOA JURÍDICA:

##### 16.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**16.1.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

**16.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**16.1.1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**16.1.1.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**16.1.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 16.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

**16.1.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**16.1.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**16.1.2.3.** Prova de Regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;

**16.1.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**16.1.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**16.1.2.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**16.1.2.4.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**16.1.2.5.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de



## MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**16.4.** Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**16.4.1.** Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o agente de contratação reputará a licitante inabilitada;

**16.4.2.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no Certame e inexistência de sanções, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

### 17.1. PROPOSTA DE PREÇOS

**17.1.1.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, à Câmara Municipal, sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

**17.1.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço do objeto, vinculam a Contratada;

**17.1.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**17.1.4.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**17.1.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos;

**17.1.6.** Demais exigências relacionadas à proposta, constarão do Aviso de Contratação Direta;

### 18. FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

**18.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

Câmara Municipal de São Geraldo da Piedade - MG, 20 de março de 2025.

**Lutiene Alves da Silva**  
Requisitante

